

**RECRUSUL S/A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
**(em milhares de reais)**

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia e suas controladas têm por objeto social o desenvolvimento e execução de projetos de engenharia; projeto, desenvolvimento, fabricação, montagem, assistência técnica e comércio, no mercado nacional, exportação e importação e todas as formas, de componentes e equipamentos para refrigeração, transporte, armazenagem, tratamento e condicionamento de ar e construção civil; representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras e participação no capital de outras sociedades.

**NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Conselho de Administração autorizou a conclusão das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2011, em 26 de março de 2012.

**NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

**3.1 Base de Preparação**

**3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas

Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais**

As Demonstrações Contábeis individuais da controladora também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As Demonstrações Contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis consolidadas.

## **3.2 Consolidação**

### **3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A Companhia efetua a consolidação de suas Demonstrações Contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### **3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais**

No balanço patrimonial individual, essas participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

## **3.3 Estimativas Contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da empresa incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores

duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

### **3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

### **3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, que podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa.

### **3.6 Clientes**

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas. A Administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a receber são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

### **3.7 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição.

### **3.8 Impostos a Recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte.

### **3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

### **3.10 Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

### **3.11 Imobilizado**

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação.

### **3.12 Intangível**

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e, softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

### **3.13 Passivo Circulante e Não Circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

#### **3.13.1 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

#### **3.13.2 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

#### **3.14 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

#### **3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes**

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

#### **3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais

provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

### **3.17 Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

### **3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas**

A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, sendo que é reconhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

### **3.19 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração da companhia, são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “Impairment” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

### **3.20 Demonstração do Valor Adicionado – DVA**

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

**NOTA 04 – CLIENTES**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Clientes Nacionais	1.898	6.819	3.931	8.295
Clientes no Exterior	-	7	-	7
(-)Prov.Créditos Liquidação Duvidosa	(1.031)	(1.031)	(2.499)	(2.499)
Duplicatas Descontadas	-	(46)	-	(46)
Total Líquido a Receber	867	5.749	1.432	5.757

**NOTA 05 – ESTOQUES**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Produtos Prontos	714	1.894	834	1.894
Produtos em Processo	6.543	9.655	6.543	9.655
Matéria-Prima	3.124	5.648	3.124	5.648
Materiais Diversos	3.003	656	3.488	1.268
Total Líquido a Receber	13.384	17.853	13.989	18.465

**NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR**

Descrição	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31 de Dezembro de 2011		31 de Dezembro de 2010		31 de Dezembro de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IR e CSLL Diferido	-	12.579	-	12.580	-	12.579	-	12.580
PIS Processo a Recuperar	-	3.188	-	3.120	-	3.188	-	3.120
IPI Processo a Recuperar	-	1.726	-	1.658	-	1.726	-	1.658
IPI a Compensar	257	-	1.454	-	257	-	1.454	-
IR a Recuperar	280	-	-	-	469	-	-	-
ICMS a Recuperar	315	-	-	-	315	-	-	-
Pis a Recuperar	20	-	-	-	35	-	-	-
Cofins a Recuperar	117	-	-	-	219	-	-	-
Inss a Recuperar	20	-	-	-	20	-	-	-
IRPJ a Recuperar	-	-	-	-	25	-	-	-
CSLL a Recuperar	-	-	-	-	17	-	-	-
Outros Imp.a Recuperar	76	-	999	-	92	-	1.353	-
<b>Total</b>	<b>1.085</b>	<b>17.493</b>	<b>2.453</b>	<b>17.358</b>	<b>1.449</b>	<b>17.493</b>	<b>2.807</b>	<b>17.358</b>

## IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Conforme determina a Deliberação 599/09 da CVM a Companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos, calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, provisões temporariamente não dedutíveis e valores temporariamente não tributáveis.

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos oriundos do saldo de prejuízo fiscal e base negativa:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Prejuízo Fiscal	27.017	27.017
IRPJ Diferido	6.754	6.754
Base Negativa de CSLL	24.230	24.230
CSLL Diferida	2.181	2.181

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Diferenças Temporárias	10.718	10.718
IRPJ Diferido	2.680	2.680
CSLL Diferida	964	964

A seguir apresentamos o resumo geral dos tributos diferidos:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
IRPJ diferido	9.434	9.434
CSLL diferida	3.145	3.145
<b>Total</b>	<b>12.579</b>	<b>12.579</b>

O registro contábil efetuado está lastreado na projeção de resultados tributáveis futuros, os quais estão fundamentados em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração. Este foi objeto no ano de 2006 para a aprovação pelos credores do Plano de Recuperação Judicial solicitado pela empresa em 25 de janeiro de 2006 e aprovado em assembléia de credores em 13 de dezembro de 2006. Tal Plano, extensamente detalhado, encontra-se disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários, BMF & Bovespa e no próprio site da Recrusul, e primariamente prevê incremento das quantidades faturadas, incremento da produtividade fabril através da melhoria dos processos produtivos e redução dos custos fixos.



O item de número 4 do referido Plano trata do Orçamento de Produção/Vendas na qual apresenta a metodologia e as projeções aprovadas para crescimento operacional e conseqüente geração de resultados positivos para os próximos anos.

Nestes demonstrativos fica evidenciada a capacidade da Companhia em gerar lucros e excedentes financeiros suficientes para fazer frente aos pagamentos decorrentes da atividade operacional e do Plano de Recuperação. Os créditos tributários previstos têm a seguinte expectativa de realização:

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Valores-R\$ Mil	907	989	1.026	1.117	1.229	1.352	1.487	<b>8.107</b>

#### PIS A RECUPERAR

Processo de crédito de PIS reconhecido judicialmente, no qual, foi deferida a compensação com outros tributos federais. Em execução de sentença contra a Fazenda Pública, a mesma reconheceu que o interessado, Recrusul, faz jus ao crédito pleiteado e anui aos cálculos dos valores apresentados.

#### IPI PROCESSO

Processo administrativo tributário 11065.002534/2002-11 e ação ordinária n. 1999.71.000.08872-9 em decorrência de classificação fiscal do produto carrocerias, no qual pleiteamos a restituição de IPI e/ou compensação.

#### IPI A COMPENSAR

Crédito em decorrência das alíquotas de IPI das operações normais da empresa. Este crédito foi 60% compensado com outros tributos federais no mês de Janeiro de 2011 através da apresentação de perdcomps.

#### NOTA 07 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Descrição	Grupo	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Créditos com Controladas	Ativo Circulante	384	1.274	-	1.658	844
Débitos com Controladas	Passivo Não Circulante	-	-	23	23	491
Receitas de Vendas	Receitas	-	-	-	-	3

## NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Recrusul			31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
	Refrima S/A	Refrisa S/A	Turismo		
Capital Social	6.000	7.612	352	13.964	13.964
Patrimônio Líquido	1.623	(28.120)	826	(25.671)	(25.620)
% de Participação No Capital Votante	99,57	99,84	95	-	-
% de Participação No Capital Total	98,06	99,84	95	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(404)	314	36	(54)	(1.154)
<b>Saldo Inicial em 31/12/2010</b>	<b>1.988</b>	<b>8.190</b>	<b>751</b>	<b>10.929</b>	<b>8.783</b>
Equivalência Patrimonial	(396)	-	33	(363)	(32)
Ajuste Valor Patrimonial IFRS	-	-	(1)	(1)	2.178
<b>Saldo Final em 31/12/2011</b>	<b>1.592</b>	<b>8.190</b>	<b>783</b>	<b>10.565</b>	<b>10.929</b>
Saldo de Outros Investimentos				119	119
<b>Saldo Total de Investimentos</b>				<b>10.684</b>	<b>11.048</b>

Em consonância com a Instrução CVM nº 247 de 27 de março de 1996, não está contabilizada nos resultados apresentados pela Recrusul S/A, tanto em 2011 quanto em 2010, o prejuízo da equivalência patrimonial de nossa controlada Refrisa S/A – R\$ 314 mil em 2011, devido a mesma encontrar-se com passivo a descoberto conforme apresentado no quadro anterior.

## NOTA 09 – IMOBILIZADO

CONTROLADORA						
Descrição	31 de Dezembro de 2010	Aquisições	Baixas	Transfêrências	Depreciações	31 de Dezembro de 2011
Imóveis	24.486	85	-	-	-	24.571
Máquinas e Equipamentos	5.038	2	(20)	-	(423)	4.597
Veículos	77	-	-	-	(19)	58
Móveis e Utensílios	5	-	-	-	(2)	3
Processamento de Dados	111	1	-	-	(26)	86
Instalações/Ferramentas	235	-	-	-	(41)	194
Imobilizado em Andamento	384	-	-	-	-	384
<b>TOTAL sem Intangível</b>	<b>30.336</b>	<b>88</b>	<b>(20)</b>	<b>-</b>	<b>(511)</b>	<b>29.893</b>
Intangível	220	4	(8)	-	(41)	175
<b>TOTAL com Intangível</b>	<b>30.556</b>	<b>92</b>	<b>(28)</b>	<b>-</b>	<b>(552)</b>	<b>30.068</b>

CONTROLADORA						
Descrição	Custo Corrigido		Deprec. Acumulada		Valor Líquido	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Imóveis	24.650	24.565	(79)	(79)	24.571	24.486
Máquinas e Equipamentos	12.787	12.873	(8.190)	(7.835)	4.597	5.038
Veículos	127	127	(69)	(50)	58	77
Móveis e Utensílios	823	839	(821)	(834)	3	5
Processamento de Dados	2.082	2.251	(1.996)	(2.140)	86	111
Instalações/ferramentas	2.041	2.040	(1.846)	(1.805)	194	235
Imobilizado em Andamento	384	384	-	-	384	384
<b>TOTAL sem Intangível</b>	<b>42.895</b>	<b>43.079</b>	<b>(13.001)</b>	<b>(12.743)</b>	<b>29.893</b>	<b>30.336</b>

Intangível	269	275	(95)	(55)	175	220
<b>TOTAL com Intangível</b>	<b>43.164</b>	<b>43.354</b>	<b>(13.096)</b>	<b>(12.798)</b>	<b>30.068</b>	<b>30.556</b>

CONSOLIDADO						
Descrição	31 de Dezembro de 2010	Aquisições	Baixas	Transfêrências	Depreciações	31 de Dezembro de 2011
Imóveis	29.871	85	-	-	-	29.956
Máquinas e Equipamentos	5.038	2	(20)	-	(423)	4.597
Veículos	77	-	-	-	(19)	58
Móveis e Utensílios	5	-	-	-	(2)	3
Processamento de Dados	111	1	-	-	(26)	86
Instalações/Ferramentas	234	-	-	-	(41)	193
Imobilizado em Andamento	384	-	-	-	-	384
<b>TOTAL sem Intangível</b>	<b>35.720</b>	<b>88</b>	<b>(20)</b>	<b>-</b>	<b>(511)</b>	<b>35.277</b>
	220	4	(8)	-	(41)	175
<b>TOTAL com Intangível</b>	<b>35.940</b>	<b>92</b>	<b>(28)</b>	<b>-</b>	<b>(552)</b>	<b>35.452</b>

CONSOLIDADO						
Descrição	Custo Corrigido		Deprec. Acumulada		Valor Líquido	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Imóveis	30.033	29.975	(79)	(104)	29.954	29.871
Máquinas e Equipamentos	12.949	13.092	(8.352)	(8.054)	4.597	5.038
Veículos	133	133	(75)	(56)	58	77
Móveis e Utensílios	1.055	1.071	(1.053)	(1.066)	3	5
Processamento de Dados	2.226	2.313	(2.140)	(2.202)	86	111
Instalações/ferramentas	2.147	2.144	(1.951)	(1.909)	195	235
Imobilizado em Andamento	384	384	-	-	384	384
<b>TOTAL sem Intangível</b>	<b>48.928</b>	<b>49.112</b>	<b>(13.650)</b>	<b>(13.391)</b>	<b>35.277</b>	<b>35.721</b>
Intangível	269	275	(95)	(55)	175	220
<b>TOTAL com Intangível</b>	<b>49.197</b>	<b>49.387</b>	<b>(13.745)</b>	<b>(13.446)</b>	<b>35.452</b>	<b>35.941</b>

## Despesas com Depreciação

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Custo de Produção	426	198	426	198
Despesas Administrativas	124	288	124	288
Despesas com Vendas	2	2	2	2
<b>Total</b>	<b>552</b>	<b>488</b>	<b>552</b>	<b>488</b>

## NOTA 10 – FORNECEDORES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Fornecedores	5.963	5.535	6.550	5.561
( - ) AVP - Fornecedores	(53)	(67)	(53)	(67)
<b>Total</b>	<b>5.910</b>	<b>5.468</b>	<b>6.497</b>	<b>5.494</b>

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia efetuou a aplicação da mudança de prática contábil em sua conta de fornecedores, arbitrando taxas médias de CDI + 0, 5% a.m relativas às compras efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação.

A taxa mensal arbitrada calculada, foi de 1,28% a.m, aplicada sob as movimentações ocorridas do período, e resultando um saldo de AVP de fornecedores de R\$ 53 mil.

#### NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	Taxa a.m%	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	Taxa a.m%
Antecipação Recebíveis Finame	330	7.515	a)	330	7.515	a)
Empréstimos Bancários	7.255	1.128	b)	7.255	1.128	b)
Fomento Mercantil	995	471	3,00%	995	471	3,00%
<b>TOTAL</b>	<b>8.580</b>	<b>9.114</b>		<b>8.580</b>	<b>9.114</b>	
<b>Total Circulante</b>	<b>7.565</b>	<b>8.656</b>		<b>7.565</b>	<b>8.656</b>	
<b>Total Não Circulante</b>	<b>1.015</b>	<b>458</b>		<b>1.015</b>	<b>458</b>	

a) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m a CDI + 1,2% a.m

b) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m

Os recursos para capital de giro referem-se à antecipação de recebíveis da modalidade de FINAME, descontos de duplicatas e fomento mercantil para aquisição de matérias-primas voltadas à produção.

Os empréstimos registrados no Não Circulante no valor de R\$ 1.015 mil possuem prazo de vencimento para até fevereiro de 2015 e as garantias incluem aval e bens móveis.

#### NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

##### a) Impostos no Circulante

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
IRRF a Recolher	549	530	909	835
IPI a Recolher	-	194	-	194
IOF a Recolher	118	190	188	734
PIS a Recolher	-	227	-	227
COFINS a Recolher	1.960	1.962	1.960	1.962
IRPJ a Recolher	-	-	1	24
FGTS a Recolher	607	649	1.167	1.162
INSS a Recolher	7.435	3.343	7.825	4.132
Contribuição Sindical a Recolher	39	19	101	-
ICMS a Recolher	6.348	233	8.858	233
IPTU a Recolher	1.066	844	1.072	844
ISS a Recolher	426	377	428	385
Provisões Tributárias	153	-	176	-
<b>TOTAL IMPOSTOS</b>	<b>18.701</b>	<b>8.568</b>	<b>22.685</b>	<b>10.732</b>
Obrigações Fiscais Federais	10.861	7.114	12.327	9.270
Obrigações Fiscais Estaduais	6.348	233	8.858	233
Obrigações Fiscais Municipais	1.492	1.221	1.500	1.229
<b>TOTAL IMPOSTOS</b>	<b>18.701</b>	<b>8.568</b>	<b>22.685</b>	<b>10.732</b>

## b) Impostos no Não Circulante

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
FGTS a Recolher	1.585	938	1.585	938
INSS a Recolher	1.010	1.029	1.010	1.029
Outros Impostos a Recolher	-	-	9	-
<b>TOTAL IMPOSTOS</b>	<b>2.595</b>	<b>1.967</b>	<b>2.604</b>	<b>1.967</b>

O débito de INSS (Curto Prazo e Longo Prazo), foi oriundo de parcelamento ordinário junto ao INSS e refere-se a débitos trabalhistas que serão pagos em 60 meses, cuja primeira parcela foi liquidada em julho de 2010 e a última parcela vencível em junho de 2015.

Descrição	Parcelamento ICMS			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Ajustar RS	-	423	-	423
Refrisa RJ	-	-	4	131
Refrisa PPI SP	-	-	-	78
<b>TOTAL ICMS Circulante</b>	<b>-</b>	<b>423</b>	<b>4</b>	<b>632</b>
Ajustar RS	-	3.805	-	3805
Refrisa RJ	-	-	9	423
Refrisa PPI SP	-	-	-	597
<b>TOTAL ICMS Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>3.805</b>	<b>9</b>	<b>4.825</b>
<b>TOTAL ICMS</b>	<b>-</b>	<b>4.228</b>	<b>13</b>	<b>5.457</b>

A controlada Refrisa S/A no ano de 2010 requereu parcelamento de ICMS com base na Lei 5.647 de 2010 do Estado do Rio de Janeiro em 60 parcelas mensais cujo montante total da dívida original era de R\$ 563 mil.

## c) Provisão para IR e CS sobre Adoção das IFRS

Refere-se à provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social gerada pela Adoção do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 sobre a avaliação de ativos, que se constituirá como passivo oneroso para Companhia, caso seja alienado futuramente. Este passivo sofrerá redução proporcionalmente quando da realização da depreciação dos itens avaliados.

## NOTA 13 – CREDORES PLANO DE RECUPERAÇÃO (Circulante e Não Circulante)

O Plano de Recuperação Judicial da Recrusul S.A. (processo n.º 035/1.06.0000410-0) foi deferido em 25 de janeiro de 2006 e, em 13 de dezembro de 2006, foi homologado pelo Juiz, após sua apreciação pela Assembléia-Geral de Credores, prevendo prazo de nove anos para pagamento dos passivos bancários e quirografários, com juros de 6% a.a. Os débitos trabalhistas foram parcelados para pagamento em dois anos, também com juros de 6% a.a. sem correção

monetária. Além da controladora, as controladas Refrisa S/A e Refrima S/A também aderiram à Recuperação Judicial.

Os valores originais dos débitos na data da solicitação da Recuperação Judicial, conforme Quadro Oficial dos Credores está descrito a seguir:

Quadro Geral dos Credores em 13 de dezembro de 2006				
Descrição	Recrusul	Refrisa	Refrima	Total
Trabalhistas	9.946	761	54	<b>10.761</b>
Inst. Financeiras	8.971	-	-	<b>8.971</b>
Quirografários	9.846	803	1.568	<b>12.217</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28.763</b>	<b>1.564</b>	<b>1.622</b>	<b>31.949</b>

O Plano originalmente aprovado previa para os débitos trabalhistas pagamento total em dois anos. Entretanto, devido à frágil situação econômica e financeira da empresa durante o ano de 2007, foi proposta a alteração do prazo de dois anos para uma nova modalidade de pagamento: antecipação de R\$ 800 mil, oriunda de leilão judicial de um imóvel da empresa, acrescida de pagamentos trimestrais de 1,5% do faturamento bruto mensal da empresa, a partir de janeiro de 2008.

Esta alteração do Plano foi submetida à Assembléia-Geral de Credores ocorrida em 11 de fevereiro de 2008, cujo resultado ficou sobrestado até o início do mês de abril de 2008. Tendo em vista a necessidade de disponibilizar aos credores a ampla defesa e o contraditório, a alteração do Plano de Recuperação somente foi homologada em 01 de setembro de 2008 pelo Exmo. Juiz da 1ª. Vara Cível de Sapucaia do Sul – RS.

Em 20 de outubro de 2008, em nova AGC – Assembléia-Geral de Credores – foram aprovadas, acatadas e confirmadas, por 100% (unanimidade) dos credores presentes à AGC, todas as propostas da Administração da Recrusul S/A. Dentre as mais relevantes citamos as seguintes:

- A antecipação de R\$ 900 mil para os Credores Trabalhistas, mantendo os pagamentos mensais de 1,5% do faturamento;
- O pagamento integral dos créditos até R\$ 1 mil, atualizados, juntamente com a parcela de 13/12/2008;
- A faculdade outorgada aos titulares de créditos superiores a R\$ 1 mil e até o limite de R\$ 10 mil de poderem extinguir-los mediante o pagamento de 50% do valor habilitado no Plano Original;
- A plena concordância, no que diz respeito aos créditos Classe II e III, em especial a parcela de 13/12/2007, a qual ficará diluída e escalonada para pagamento nos oito anos subsequentes,

a partir da parcela de 13/12/2008, cujo desembolso por parte da RECRUSUL já se encontra devidamente confirmado e sancionado;

- A ratificação da incidência de juros no percentual de 6% ao ano sobre o valor do crédito original e, além disso, sem correção monetária;
- A inserção no Plano, como meios de Recuperação, além dos já previstos, os instrumentos de Alteração do Controle Societário (art. 50, III, da Lei 11.101/2005) e Aumento de Capital Social (art. 50, VI, da Lei 11.101 /2005).

Descrição	Posição dos Saldos da Recuperação – CONTROLADORA					
	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	563	5.995	<b>6.558</b>	665	5.995	<b>6.660</b>
Inst. Financeiras	1.108	2.974	<b>4.082</b>	441	3.417	<b>3.858</b>
Quirografários	3.533	6.341	<b>9.874</b>	2.519	6.972	<b>9.491</b>
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	(1.098)	<b>(1.098)</b>	-	(1.526)	<b>(1.526)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.204</b>	<b>14.213</b>	<b>19.417</b>	<b>3.625</b>	<b>14.858</b>	<b>18.483</b>

Descrição	Posição dos Saldos da Recuperação – CONSOLIDADO					
	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	749	6.370	<b>7.119</b>	881	6.370	<b>7.251</b>
Inst. Financeiras	1.108	2.974	<b>4.082</b>	441	3.417	<b>3.858</b>
Quirografários	4.069	7.475	<b>11.544</b>	2.915	8.171	<b>11.086</b>
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	(1.272)	<b>(1.272)</b>	-	(1.802)	<b>(1.802)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.926</b>	<b>15.548</b>	<b>21.474</b>	<b>4.237</b>	<b>16.156</b>	<b>20.393</b>

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26 de dezembro de 2008, o Exmo. Sr. Juiz da Comarca de Sapucaia do Sul no dia 22 de dezembro de 2008 proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Recrusul, salientando em relatório sumário, que foram cumpridos todos os requisitos legais essenciais ao processamento da recuperação, bem como cumpridas as obrigações constantes do plano aprovado em assembléia-geral.

A íntegra da sentença encontra-se disponível em nossa página na internet, bem como na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e BMF & Bovespa.

Os compromissos do Plano de Recuperação Judicial (Quirografários e Instituições Financeiras) que totalizam em 31 de Dezembro de 2011 R\$ 13.957 na controladora, deverão ser pagos em cinco parcelas vencíveis em dezembro de cada ano com juros de 6% a.a, sem correção monetária.

#### NOTA 14 - PARCELAMENTO LEI 11.941

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
<b>PARCELAMENTO LEI 11.941/09</b>				
1 - Passivos Tributários Objeto da Lei 11.941	37.107	36.938	82.285	83.050
2 - Reduções Previstas na Lei 11.941 (180 meses)	(8.769)	(9.849)	(24.129)	(20.731)
<b>3 - Total da Dívida com Redução (1-2)</b>	<b>28.338</b>	<b>27.089</b>	<b>58.156</b>	<b>62.319</b>
4 - Multas e juros c/ possibilidade de pagamento com utilização do prejuízo fiscal	(9.477)	(10.842)	(15.093)	(18.268)
Atualização Selic pós Consolidação	1.785	-	4.270	
Pagamentos Lei 11.941/09	(424)	(23)	(736)	(24)
<b>5 - Valor da dívida a parcelar após a utilização do prejuízo fiscal (3-4)</b>	<b>20.222</b>	<b>16.224</b>	<b>46.597</b>	<b>44.027</b>
<b>Valor da Dívida CIRCULANTE</b>	<b>2.898</b>	<b>1.783</b>	<b>5.312</b>	<b>3.910</b>
<b>Valor da Dívida NÃO CIRCULANTE</b>	<b>17.324</b>	<b>14.441</b>	<b>41.285</b>	<b>40.117</b>
Valor Prestação mensal (180 meses)	194	90	359	255

Em 13 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06/2009 e conjuntamente requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX, e formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses destes e de demais débitos tributários federais anteriores a novembro de 2008.

A migração do PAEX e de outros débitos federais para o parcelamento da Lei 11.941/09 e MP 470/09 representaram uma redução do saldo da mencionada dívida em aproximadamente R\$ 20,6 milhões, alongamento do prazo de exigibilidade dos referidos débitos, e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal para abatimento de principal, multa e juros na ordem de R\$ 21,5 milhões.

Como consequência da adesão da Companhia à Lei 11.941/09 da Receita Federal do Brasil, a Companhia pretende liquidar valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social. O Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 é acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Os débitos apresentados antes da consolidação foram pagos através das parcelas mínimas desde novembro de 2009. Em maio de 2011, ocorreu a consolidação de débitos oriundos de crédito indevido de IPI, no qual a partir deste momento começamos a pagar um valor mensal de R\$ 19.102,66. Já a etapa de consolidação dos demais débitos ocorreu em julho de 2011, no qual passamos a pagar o montante de R\$ 190.121,94.



Com a consolidação do Parcelamento da Lei 11.941/09, houve o cálculo definitivo do valor das parcelas e o encurtamento do prazo nos débitos referentes a saldo de parcelamentos do PAES e PAEX. O saldo atualizado e já consolidado do parcelamento da Lei 11.941/09 em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 20.222 milhões.

Quanto aos débitos aderidos a MP 470/09, os mesmos estão em andamento, e a dívida declarada foi contabilizada e classificada assumindo os prazos de liquidação estabelecidos no programa, na expectativa de uma adequada conciliação e resolução.

A Companhia vem liquidando regularmente todos os programas de parcelamentos e recolhimentos mensais referente à Lei 11.941 e MP 470. As demais contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

## **NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **15.1 Capital social e Direito das Ações**

O capital social autorizado, conforme Estatuto Social é de R\$ 60.000. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 45.139 mil, representado por 22.970 mil ações ordinárias e 40.941 mil ações preferenciais, totalizando 63.911 mil ações.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurados os seguintes direitos e vantagens: (a) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade; (b) prioridade na distribuição de dividendos, superiores, no mínimo, 10% (dez por cento) aos que forem atribuídos às ações ordinárias; e, (c) participação integral nos resultados da sociedade em igualdade de condições com as ações ordinárias, abrangendo os lucros remanescentes, bem como a distribuição de novas ações decorrentes de aumentos de capital realizados mediante a reavaliação do ativo e ou a incorporação das reservas permitidas em lei; (d) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle (*tag along*), pelo valor equivalente a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do preço pago por ação integrante do bloco de controle, na hipótese de alienação de controle da Sociedade; e (e) direito de participar com as ações ordinárias do dividendo a ser distribuído correspondente a, pelo menos, 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido de cada exercício, conforme Lei de Sociedades por Ações.

#### NOTA 16 - CONTRATOS DE SEGUROS

A Companhia tem por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. As principais coberturas são as seguintes:

Descrição	Risco Coberto	Valores Cobertos	
		31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Prédios, estoques, máquinas	Incêndio, raio, explosão	22.400	22.400
Prédios, estoques, máquinas	Danos Elétricos.	380	380
Prédios, estoques, máquinas	Vendaval	1.000	1.000
Veículos	Acidentes Pessoais, Danos Materiais	230	260
Equipamentos Eletrônicos	Equipamentos Eletrônicos	200	200
<b>TOTAL</b>		<b>24.210</b>	<b>24.240</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguro.

#### NOTA 17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e estão contabilizadas pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a: **a)** Risco de Crédito: É representado pela inadimplência no seu contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a maioria dos recebíveis serem oriundos de financiamento FINAME do BNDES; **b)** Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados pela Companhia e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia, para minimizar estes riscos, acompanha permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços; **c)** Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é irrelevante dada às reduzidas operações desta natureza; **d)** Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado.

A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2011.

#### NOTA 18 - RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA

Tipo		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
	Descrição				
Custo	Remuneração Direta	(1.651)	(6.104)	(1.651)	(6.104)
Custo	Matérias-primas e Materiais de Consumo	(4.329)	(15.329)	(4.329)	(15.329)
Custo	Gastos Gerais de Fabricação	(1.152)	(4.045)	(1.152)	(4.045)
Custo	Custos com Depreciação	(94)	(192)	(94)	(192)
	<b>Custo Total de Produção</b>	<b>(7.226)</b>	<b>(25.670)</b>	<b>(7.226)</b>	<b>(25.670)</b>
Despesa	Comissões	(412)	(1.012)	(412)	(1.012)
Despesa	Assistência Técnica	(100)	(337)	(100)	(337)
Despesa	Marketing, Viagens e Outras Despesas	(1.562)	(787)	(1.562)	(787)
	<b>Total das Despesas de Vendas</b>	<b>(2.074)</b>	<b>(2.136)</b>	<b>(2.074)</b>	<b>(2.136)</b>
Despesa	Remuneração Direta	(1.842)	(1.671)	(1.824)	(1.671)
Despesa	Remuneração dos Administradores	(928)	(1.079)	(928)	(1.103)
Despesa	Encargos de Depreciação/Amortização	(125)	(343)	(125)	(343)
Despesa	Despesas com Benefícios/FGTS	(94)	(825)	(94)	(825)
Despesa	Outras Despesas	(1.404)	(2.187)	(1.428)	(2.379)
	<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>(4.393)</b>	<b>(6.105)</b>	<b>(4.399)</b>	<b>(6.321)</b>
Receita	Deságios Impostos de Intimação Lei 11.941	-	4.702	3.462	6.414
Receita	Ajustes de Estoque	-	35	-	35
Receita	Despesas Recuperadas	-	57	-	493
Receita	Indenizações Recebidas	-	129	-	129
Receita	Ganhos sobre Investimentos	-	967	-	967
Receita	Outras Receitas Operacionais	65	19	162	17
	<b>Total Outras Receitas Operacionais</b>	<b>65</b>	<b>5.909</b>	<b>3.624</b>	<b>8.055</b>
Despesa	Impostos de Intimação Lei 11.941	(2.555)	(1.449)	(2.555)	(2.184)
Despesa	Deságios com Ajustar	(1.810)	-	(1.810)	-
Despesa	Despesas com Atualizações	(1.089)	(137)	(1.089)	(137)
Despesa	Outras Despesas Operacionais	(663)	(2)	(1.201)	(2)
Despesa	Negociações/Processos/Trabalhistas	(4.028)	-	(4.028)	-
Despesa	Ajustes de Estoque / Ociosidade	(9.435)	(378)	(9.435)	(1.623)
	<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(19.580)</b>	<b>(1.966)</b>	<b>(20.118)</b>	<b>(3.946)</b>
	<b>Total do Custo, Despesas de Vendas e Administrativas</b>	<b>(33.208)</b>	<b>(29.968)</b>	<b>(30.193)</b>	<b>(30.018)</b>

#### NOTA 19 – RESULTADO FINANCEIRO

Tipo		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
	Descrição				
Receita	Descontos Recebidos	27	62	27	62
Receita	Aplicações Financeiras	5	58	5	58
Receita	Juros e Encargos Recebidos	164	140	164	141
Receita	Variações Cambiais Ativas	96	44	145	44
Receita	Outras Receitas Financeiras	14	-	24	1.467
	<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>306</b>	<b>304</b>	<b>365</b>	<b>1.772</b>
Despesa	Correção Plano de Recuperação Judicial	(1.178)	(1.209)	(1.356)	(1.209)
Despesa	Correção Parcelamento Lei 11.941	(1.665)	(1.270)	(1.665)	(3.848)
Despesa	Despesas Tributárias - Juros e Multas	(2.356)	(947)	(5.134)	(947)
Despesa	Despesas com Juros de Capital de Giro	(2.912)	(3.137)	(2.915)	(3.137)
Despesa	Despesas Bancárias / IOF / Cobranças	(791)	(505)	(937)	(505)
Despesa	Despesas com AVP Fornecedores	(14)	(324)	(14)	(324)
Despesa	Outras Despesas Financeiras	(61)	(552)	(84)	(552)
	<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(8.977)</b>	<b>(7.944)</b>	<b>(12.105)</b>	<b>(10.522)</b>
	<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(8.671)</b>	<b>(7.640)</b>	<b>(11.740)</b>	<b>(8.750)</b>

**NOTA 20 – DESPESAS OPERACIONAIS**

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Descarte de Estoques Obsoletos	5.173	-	5.173	-
Consolidação 11.941	2.555	988	2.555	988
Ociosidade	4.262	332	4.262	1.577
Reversão de Deságios com Impostos	2.899	-	2.899	127
Provisões Trabalhistas e Outros	4.689	646	5.229	1.254
<b>Total</b>	<b>19.578</b>	<b>1.966</b>	<b>20.118</b>	<b>3.946</b>

**NOTA 21 - CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO**

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, compreendem as demonstrações contábeis da Recrusul S/A e suas controladas relacionadas na Nota Explicativa 08. Foram eliminados na consolidação os saldos de ativos e passivos entre as empresas, os valores das transações comerciais e os resultados não realizados intercompanhias.

A participação dos acionistas minoritários encontra-se destacada nas demonstrações contábeis consolidadas. Os resultados não realizados nas operações estão demonstrados na Nota Explicativa 22.

**NOTA 22– CONCILIAÇÃO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO**

Descrição	Prejuízo Líquido do Exercício		Patrimônio Líquido	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Controladora	(33.556)	(5.370)	(8.818)	24.615
Lucros não Realizados na Venda de Imóveis	-	-	(2.680)	(2.680)
Prejuízos não Realizados	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	-	8.809	-
Participação dos Não Controladores	(6)	(4)	28	24
Absorção do Patrimônio Líquido Negativo de Controlada	318	(1.120)	(45.074)	(36.573)
<b>Consolidado</b>	<b>(33.244)</b>	<b>(6.494)</b>	<b>(47.735)</b>	<b>(14.614)</b>

**NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO**

Em atendimento ao CPC 31 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

**a) Movimentação do número de ações:**

<b>Ações Emitidas</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Ações Ordinárias	22.970	18.430
Ações Preferenciais	40.941	32.849
<b>Total Ações Emitidas</b>	<b>63.911</b>	<b>51.279</b>

No dia 25 de janeiro de 2011 foi realizada Reunião do Conselho de Administração que homologou o aumento de capital da Companhia em R\$ 12.000 (Doze milhões de reais) sendo 4.540 Ações Ordinárias e 8.092 Ações Preferenciais.

A partir desta data, o Capital Social passa de R\$ 33.139 (Trinta e três milhões, cento e trinta e nove mil reais) para R\$ 45.139 (Quarenta e cinco milhões, cento e trinta e nove mil reais), sendo representado por 22.970 Ações Ordinárias e 40.941 Ações Preferenciais.

Na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011 foi homologado o referido aumento de capital.

#### **b) Resultado por ação:**

Como a Companhia não possui ações potenciais diluídas, apresenta o mesmo valor de prejuízo básico e diluído por ação.

<b>Controladora</b>	<b>31 de Dezembro de 2011</b>	<b>31 de Dezembro de 2010</b>
Prejuízo do exercício	(33.557)	(5.370)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária – R\$	(1,4609)	(0,2914)
Prejuízo básico e diluído por ação preferencial – R\$	(0,8197)	(0,1635)

## **NOTA 24 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

### **A empresa atua em duas áreas distintas:**

**a) Implementos Rodoviários:** Nossa linha de produtos abrange soluções customizadas na área de implementos rodoviários tais como: semirreboques frigoríficos, tanques para transporte de combustíveis, tanques auto-portantes para produtos químicos, petroquímicos e alimentícios em geral, silos para alimentos e indústria de cimento e construção, bem como outros implementos especiais projetados de acordo com a necessidade do cliente.

**b) Refrigeração Industrial e Assistência Técnica:** Nossa linha de produtos abrange soluções customizadas em equipamentos industriais para refrigeração como evaporadores, condensadores, separadores e túneis de congelamento para a indústria de alimentos.

**RECRUSUL S.A - CONTROLADORA**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTOS EM**  
(em milhares de reais)

	Implementos Rodoviários		Refrigeração Industrial + Assistência Técnica		Corporativo		Total	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>12.709</b>	<b>44.108</b>	<b>1.843</b>	<b>2.958</b>		-	<b>14.552</b>	<b>47.066</b>
Impostos e Devoluções	(5.632)	(12.787)	(235)	(615)		-	(5.867)	(13.402)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>7.077</b>	<b>31.321</b>	<b>1.608</b>	<b>2.343</b>	-	-	<b>8.685</b>	<b>33.664</b>
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(5.888)	(24.492)	(1.338)	(1.178)		-	(7.226)	(25.670)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.189</b>	<b>6.829</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	-	-	<b>1.459</b>	<b>7.994</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	-	-	-	-	(26.345)	(4.330)	(26.345)	(4.330)
Despesas c/Vendas	-	-	-	-	(2.074)	(2.136)	(2.074)	(2.136)
Despesas Administrativas	-	-	-	-	(3.465)	(5.026)	(3.465)	(5.026)
Honorários dos Administradores	-	-	-	-	(928)	(1.079)	(928)	(1.079)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	65	5.909	65	5.909
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(19.580)	(1.966)	(19.580)	(1.966)
Resultado da Equivalência Patrimonial					(363)	(32)	(363)	(32)
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIROS</b>	<b>1.189</b>	<b>6.829</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	(26.345)	(4.330)	(24.886)	3.664
Receitas Financeiras	-	-	-	-	306	304	306	304
Despesas Financeiras	-	-	-	-	(8.977)	(7.944)	(8.977)	(7.944)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	-	-	-	-	(8.671)	(7.640)	(8.671)	(7.640)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>1.189</b>	<b>6.829</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(35.016)</b>	<b>(11.970)</b>	<b>(33.557)</b>	<b>(3.976)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-	-	-	-	-	(1.394)	-	(1.394)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.189</b>	<b>6.829</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(35.016)</b>	<b>(13.364)</b>	<b>(33.557)</b>	<b>(5.370)</b>

**RECRUSUL S.A - CONSOLIDADO**  
**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTOS EM**  
(em milhares de reais)

	Implementos Rodoviários		Refrigeração Industrial + Assistência Técnica		Corporativo		Total	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>12.709</b>	<b>44.114</b>	<b>1.843</b>	<b>2.958</b>	-	-	<b>14.552</b>	<b>47.072</b>
Impostos e Devoluções	(5.632)	(12.789)	(235)	(615)	-	-	(5.867)	(13.404)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>7.077</b>	<b>31.325</b>	<b>1.608</b>	<b>2.343</b>	-	-	<b>8.685</b>	<b>33.668</b>
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(5.888)	(24.492)	(1.338)	(1.178)	-	-	(7.226)	(25.670)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.189</b>	<b>6.833</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	-	-	<b>1.459</b>	<b>7.998</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	-	-	-	-	(22.967)	(4.348)	(22.967)	(4.348)
Despesas c/Vendas	-	-	-	-	(2.074)	(2.136)	(2.074)	(2.136)
Despesas Administrativas	-	-	-	-	(3.471)	(5.218)	(3.471)	(5.218)
Honorários dos Administradores	-	-	-	-	(928)	(1.103)	(928)	(1.103)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	3.624	8.055	3.624	8.055
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(20.118)	(3.946)	(20.118)	(3.946)
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIROS</b>	<b>1.189</b>	<b>6.833</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	(22.967)	(4.348)	(21.508)	3.650
Receitas Financeiras	-	-	-	-	365	1.772	365	1.772
Despesas Financeiras	-	-	-	-	(12.105)	(10.522)	(12.105)	(10.522)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	-	-	-	-	(11.740)	(8.750)	(11.740)	(8.750)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>1.189</b>	<b>6.833</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(34.707)</b>	<b>(13.098)</b>	<b>(33.248)</b>	<b>(5.100)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-	-	-	-	-	(1.394)	-	(1.394)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.189</b>	<b>6.833</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(34.707)</b>	<b>(14.492)</b>	<b>(33.248)</b>	<b>(6.494)</b>
Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	-	-			(6)	(2)
Participação dos Acionistas Controladores	-	-	-	-			(33.242)	(6.492)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.189</b>	<b>6.833</b>	<b>270</b>	<b>1.165</b>	<b>(34.707)</b>	<b>(14.492)</b>	<b>(33.248)</b>	<b>(6.494)</b>

**NOTA 25 - CONTINGÊNCIAS**

A Companhia é parte em processos judiciais que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda em 31 de dezembro 2011 no montante de R\$ 9.391 (R\$ 9.391 em 31 de dezembro de 2010), composto da seguinte forma: i) Processos Cíveis: R\$ 55; e ii) Processos Tributários: R\$ 9.336.

O valor referente aos processos tributários teve sentença favorável à Companhia e em 09 de março de 2011 foi certificado o trânsito em julgado da demanda e remessa dos autos à vara de origem e, assim que for recebido, será protocolada manifestação em nome da Companhia requerendo intimação do ente fazendário para que, em prazo não superior a quinze dias, proceda à desconstituição dos créditos discutidos, comprovando-a nos autos.

#### **NOTA 26 – EVENTO SUBSEQUENTE**

Através da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de fevereiro de 2012, foi aprovado novo aumento de Capital Social. O valor do aumento foi de R\$ 14.861.412,72 (Quatorze milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e doze reais e setenta dois centavos), com a emissão de 12.157.755 ações ordinárias ao preço de R\$ 0,56 e de 28.760.960 ações preferenciais ao preço de R\$ 0,28, dentro do limite do capital autorizado, em conformidade com o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 168 da Lei 6.404/76, passando o capital social desse modo, de R\$ R\$ 45.138.587,20, (Quarenta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) para R\$ 59.999.999,92 (Cinquenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Ricardo Mottin Jr. - Presidente

Bernardo Flores - Conselheiro

Rasso Cauby Lamprecht - Conselheiro

## **DIRETORIA**

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente

Bernardo Flores - Diretor e Diretor de Relações com os Investidores

Fabiana Bolgenhagen - Contadora CRC-RS 072807 - CPF 674.213.770-34